
STJ determina devolução de égua apreendida em operação da PF

O Superior Tribunal de Justiça determinou a devolução de uma égua quarto de milha a seu proprietário, apreendida indevidamente durante operação de busca e apreensão deflagrada pela Polícia Federal em Maceió.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo acolhimento do pedido e o requerente, representado pelo advogado Bruno Cardoso, do Cardoso e Teixeira Advocacia, alegou que não paira dúvida acerca da propriedade do animal, além de seu cliente não ser alvo da investigação em curso.

O advogado se refere ao esquema de desvio de recursos do Imposto de Renda de servidores do Tribunal de Contas de Alagoas, que motivou a operação da Polícia Federal no ano passado. Estima-se que o prejuízo causado tenha chegado a R\$ 100 milhões.

“Ante o exposto, determino a devolução da égua quarto de milha Chips Apollo Zo, registrada sob o número PO84480 na ABQM ao requerente”, decidiu o relator do caso, ministro Felix Fischer.

Petição [9084](#).

Date Created

12/08/2012